

## Editorial

### Uma lei contra a “escravidão digital”

O uso das novas tecnologias de comunicação pelas empresas tem sido um importante fator da precarização do trabalho. Nas últimas décadas o uso de e-mails, celulares ou outros equipamentos de comunicação remota passou a permitir a execução de tarefas profissionais fora da empresa, na residência dos funcionários ou em qualquer local onde se encontrem ao alcance desses modernos meios de comunicação.

Se para as empresas isso significa um ganho extraordinário, para os trabalhadores representa uma extensão abusiva da jornada de trabalho, pois controlados eletronicamente e à distância, ficam praticamente o tempo todo à disposição de seus patrões, sendo obrigados a ficar de prontidão e atender às solicitações durante seus momentos de lazer, e mesmo em finais de semana ou em gozo de férias.

Uma pesquisa feita nos EUA, em 2008, pela Pew Internet & American Life Project, mostrou que quase metade (46%) dos entrevistados indicou um aumento nas horas de trabalho devido ao uso de tecnologias de comunicação; para 49% cresceu também o estresse relacionado à profissão, e para outros 49% ficou mais difícil se desconectar do trabalho mesmo em fins de semana.

Outra pesquisa, divulgada pelo sítio iPNews, revelou que o uso dessas tecnologias aumentou a jornada de trabalho de oito para dez horas diárias; quase 80% dos trabalhadores disseram ser acionados por mensagens no celular mesmo nos momentos de lazer e descanso. Eles descrevem uma realidade que o sociólogo Ricardo Antunes (Unicamp), especialista em relações do trabalho, chamou de “escravidão digitalizada”.

A decisão da presidente Dilma Rousseff, de 15 de dezembro de 2011, de sancionar uma mudança no artigo 6º da CLT eliminando a distinção entre o trabalho realizado dentro da empresa e o trabalho à distância é, nesse sentido, um grande benefício para o trabalhador. A nova redação assegura que “os meios telemáticos e informatizados de comando, controle e supervisão se equiparam, para fins de subordinação jurídica, aos meios pessoais e diretos de comando, controle e supervisão do trabalho alheio”.

Não há dúvida. Pela nova norma, o uso de celular ou e-mail para contato entre empresas e funcionários passa a equivaler, juridicamente, às ordens dadas pessoalmente aos empregados e devem ser remuneradas na forma de horas extras.

Os advogados patronais alegam, como sempre, que os trabalhadores podem fraudar queixas trabalhistas com base na nova norma. É o velho e senhorial hábito de patrões brasileiros de colocar sob suspeita tudo aquilo que seja contrário a seus interesses. Na outra ponta, advogados trabalhistas e juizes do trabalho reconhecem os benefícios da nova legislação. O juiz Germano Silveira de Siqueira, diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional de Magistrados do Trabalho (Anamatra), não tem dúvida a respeito. Para ele, a regra empresarial de “não poder desligar o telefone configura subordinação” e o trabalhador, nessa situação, deve ser remunerado, pois está à disposição da empresa, está de prontidão.

Embora prometam um mundo de mais liberdade e tempo livre, as novas tecnologias são usadas pelas empresas para aumentar a intensidade do trabalho, prolongar a jornada e ampliar os ganhos do capital. A nova interpretação da lei aponta no sentido contrário, o da distribuição desses benefícios também em favor dos trabalhadores. E é contra isso que os capitalistas e seus representantes reclamam.

Editorial do Portal O Vermelho

## Trabalhadores conquistam aliados na luta contra a terceirização



A Associação dos Magistrados é mais um grupo a apoiar a luta contra o PL do dep. Sandro Mabel (pág. 3)

- A sexta edição da Copa dos Campeões de Futebol Soçaite dos Bancários terá início no próximo sábado, dia 28/1, no Clube da Caixa, a partir das 8h. Confira os jogos e venha torcer pelo seu time (pág. 3)
- Dia dos Aposentados é comemorado com café da manhã. Sorteio de brindes e apresentação do Coral do Sindicato completam as festividades (pág. 4)
- Arrecadação de tarifas pelos bancos cresce, mas serviços prestados vão de mal a pior. Reivindicação do movimento sindical é por isenção de tarifas em transferências para melhorar segurança (pág. 5)



### Sindicato e Contraf retomam mesa de negociação permanente com o BNB

A reunião aconteceu em Recife (PE), na sexta-feira, 13/1, e abordou temas da pauta específica relativa ao funcionalismo, tais como: ponto eletrônico, promoções, revisão do PCR, concorrência para funções e a assinatura do acordo coletivo 2011/2012 (pág. 6)



## Cadastro

# “Lista suja” do trabalho escravo bate recorde no País

A “lista suja” de pessoas físicas e jurídicas flagradas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em ato de exploração de mão de obra análoga à escravidão foi acrescida de 52 nomes em 2011, totalizando o número recorde de 294 infratores. Foram retirados apenas dois empregadores, que cumpriram os requisitos para a exclusão.

O Pará lidera o Cadastro, com nove inclusões, devidas ao trabalho de desmatamento da mata amazônica. O baixo número deve-se, grande parte, à não quitação das multas aplicadas. Segundo o ministério, nunca houve tanta irregularidade ao mesmo tempo. O cadastro é utilizado pelas indústrias, varejo e exportadores para a aplicação de restrições e para não permitir a comercialização dos produtos oriundos do uso ilegal de trabalhadores.

A Construtora BS, contratada pelo consórcio Energia Sustentável do Brasil (Enersus), foi flagrada utilizando 38 escravos na construção da Usina Hidrelétrica de Jirau. Entre os novos, estão usineiros, madeireiras, empreiteiras, médicos, políticos, famílias poderosas e casos de exploração de trabalho infantil e de trabalho escravo urbano.

“Nunca tivemos tantos empregadores irregulares ao mesmo tempo. Estamos atuando no trabalho escravo urbano pois temos empregadores infratores também nesse meio. Nosso compromisso em 2012 é intensificar a atuação nessa área”, destacou o chefe da Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo do MTE, Alexandre Rodrigo Teixeira da Cunha Lyra.

**Cadastro nacional** – Para coibir o uso ilegal de mão-de-obra análoga a de escravo, o governo criou em 2004 um cadastro onde figuram os empregadores flagrados praticando a exploração. Ao ser inserido nesse cadastro, o infrator fica impedido de obter empréstimos em bancos oficiais do governo e também entra para a lista das empresas pertencentes à



“cadeia produtiva do trabalho escravo no Brasil”. O cadastro é utilizado pelas indústrias, varejo e exportadores para a aplicação de restrições e não permitir a comercialização dos produtos advindos do uso ilegal de trabalhadores.

A lista passa por atualizações maiores a cada seis meses. Os nomes são mantidos por dois anos e, caso o empregador não volte a cometer o delito e tenha pago devidamente os salários dos trabalhadores, o registro é excluído. A inclusão do nome no Cadastro ocorre após decisão administrativa relativa ao auto de infração, lavrado em decorrência de ação fiscal, em que tenha havido a identificação de trabalhadores submetidos ao “trabalho escravo”.

As novas inclusões foram efetuadas com base em pesquisas realizadas no Sistema de Acompanhamento de Combate ao Trabalho Escravo (SISACTE); consultas no Controle de Processos de Multas e de Recursos (CPMR) e no Setor de Multas e Recursos (SEMUR) das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTE), além

de consultas a banco de dados do governo federal, como o da Procuradoria da Fazenda Nacional.

As exclusões derivaram do monitoramento pelo período de dois anos da data da inclusão do nome do infrator no Cadastro, verificadas a não reincidência na prática do “trabalho escravo”; do pagamento das multas resultantes da ação fiscal, bem como da comprovação da quitação de eventuais débitos trabalhistas e previdenciários.

**Grupo Móvel** – O Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) resgatou, até o dia 29 de dezembro, 2.271 pessoas encontradas em situação degradante de trabalho em 158 operações em 2011. Foram pagos mais de R\$ 5,4 milhões em indenizações trabalhistas e inspecionados 320 estabelecimentos, segundo dados da Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo (Detrae). Entre o período de 1995 a 2011, já foram resgatados 41.451 trabalhadores em todo o País, totalizando 1.240 operações.

## CAIXA

## Sindicato comparece à posse de 13 novos empregados

Foto: SEEB/CE



O Sindicato dos Bancários do Ceará esteve presente à integração de 13 novos empregados da Caixa, que tomaram posse na segunda-feira, dia 9/1, em Fortaleza. Desses, sete serão lotados no Ceará, três no Maranhão e três no Piauí.

Os diretores do SEEB/CE, Plauto Macedo e Elvira Madeira, falaram da importância da sindicalização, enquanto o presidente da APCEF/CE, Áureo Júnior, destacou o papel das duas entidades e ressaltou a importância da unidade e da mobilização da categoria.

## DICA CULTURAL

## Exposição de Xilogravura de João Pedro Juazeiro na Galeria Antonio Bandeira

Para quem aprecia a técnica da xilogravura, a dica é conferir a exposição do artista João Pedro de Juazeiro, na Galeria Antonio Bandeira (Rua Conde D'Eu – 560), no Centro de Fortaleza. A exposição marca a reabertura da Galeria, após dois meses de reforma. O visitante vai ter a chance de apreciar 20 gravuras coloridas.

Pedro Juazeiro é um artista, nascido em Ipaumirim-CE, em 1964, e que cresceu em Juazeiro do Norte. Suas obras evidenciam aspectos do imaginário popular, as raízes culturais e a religiosidade.

A técnica da xilogravura, usada por Pedro Juazeiro, consiste em reproduzir sobre um papel ou sobre plano uma imagem a partir do entalhe em madeira, semelhante a um carimbo. A origem provável da xilogravura é da China. No Nordeste, a xilogravura está ligada à literatura de cordel.



## Serviço:

### Exposição de Xilogravura de João Pedro de Juazeiro

Visitação gratuita

Data: 12 de janeiro a 11 de fevereiro, de segunda a sexta

Horário: das 9 às 18h, e aos sábados, das 9h às 13h.

Local: Galeria Antônio Bandeira (Rua Conde D'Eu, 560 – Centro – Centro de Referência do Professor).

## Visite nosso blog

## Diálogos Políticos

Bancários do Ceará em Blog


<http://dialogospoliticos.wordpress.com>

## PARCERIA

## Convênio entre SEEB/CE e Espaço Aberto oferece descontos aos associados

Bancários, 2012 já chegou e se você tem filhos, pode aproveitar descontos oferecidos pelo convênio existente entre o SEEB/CE e o Colégio Espaço Aberto.

Os bancários sindicalizados e seus dependentes podem ter desconto de 20% para todas as séries, sedes e turnos do Espaço Aberto. O desconto é exclusivo sobre parcelas da anuidade escolar e não incide sobre a matrícula.

O Colégio Espaço Aberto possui ações pedagógicas diferenciadas com turmas reduzidas e uma preparação que pode ocorrer em turno integral. Além das disciplinas curri-

culares, os alunos também podem contar com práticas cotidianas com ensino das artes, música, teatro, dança, formação humana, ecologia e idiomas.

### Sedes do Colégio Espaço Aberto:

- Avenida Bezerra de Menezes (3304 2500)
- Avenida Dom Luís (3304 0200)
- Rua Bento Albuquerque (3304 0700)

Para mais informações sobre convênios, entrar em contato com a Gislane Guabiraba, através do número (85) 3252-4266.

**UM ESPAÇO COM PRINCÍPIOS**

APRENDER A SER APRENDER A CONVIVER APRENDER A FAZER APRENDER A CONHECER

**ENEM**  
RESULTADOS DIFERENCIADOS  
A segunda maior média do Ceará na prova objetiva.

E agora com Ensino Fundamental também na Sede Dom Luís

Venha conhecer nossa proposta pedagógica! Agende uma visita!

AV. BEZERRA DE MENEZES, 2255 3304.2500 | AV. DOM LUIS, 730 3304.0200 | RUA BENTO ALBUQUERQUE, 1671 3304.0700



# Magistrados afirmam que projeto de lei é prejudicial aos trabalhadores

Em análise na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados, o projeto de lei PL 4330/2004, do deputado Sandro Mabel (PMDB/GO), que regulamenta a terceirização no País, está causando intensa mobilização contrária, não só entre as entidades de trabalhadores, mas agora também entre os magistrados.

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) está decidida a elevar esforços para tentar promover mudanças na proposta. O diagnóstico da entidade em relação ao texto costurado na Câmara dos Deputados é claro: haverá um incentivo direto à terceirização do trabalho, os trabalhadores terão mais dificuldades para obter seus direitos na Justiça e menor poder de barganha nas negociações com seus patrões.

No ano passado, representantes da Anamatra participaram de reuniões com técnicos dos ministérios do Trabalho e da Justiça e também com parlamentares para tratar do assunto. Até agora, no entanto, não obtiveram sucesso. O projeto é relatado pelo deputado Roberto Santiago (PSD/SP), e pode ser analisado pela CCJC e pelo plenário da Câmara ainda no primeiro semestre deste ano. Se aprovado, o texto será ainda enviado ao Senado e terá de receber o crivo da presidente Dilma Rousseff.

“O projeto vai acabar produzindo no Brasil uma reforma trabalhista precarizante e vai comprometer o futuro do Brasil”, afirmou o vice-presidente da Anamatra, Paulo Schmidt, segundo quem já há 11 milhões de trabalhadores terceirizados entre os 43 milhões de empregados formais no País. “A aprovação desse projeto significa uma reforma trabalhista jamais pensada pelo mais radical dos liberais”.

Na avaliação de Schmidt, ao não estabelecer regras claras para proibir a terceirização dos trabalhadores responsáveis pela execução de atividades fins das empresas, o projeto de lei gerará um cenário em que o Brasil poderá ter diversas empresas sem empregados. Ao admitir a subcontratação, acrescentou o vice-presidente da Anamatra, a proposta também poderá acabar permitindo a “quarteirização e a quinteirização”.

Paulo Schmidt também criticou a forma como o projeto de lei em tramitação define a responsabilidade das empresas contratantes pelos trabalhadores terceirizados. O parecer em discussão na Câmara estabelece que inicialmente a responsabilidade seja subsidiária. Mas, se a empresa contratante não se

## O QUE DIZ O PL 4330/2004, DE SANDRO MABEL, DEFENDIDO PELOS EMPRESÁRIOS

- Fica permitida a terceirização nas atividades-fim e também nas atividades-meio no setor público e no privado, tanto rural quanto urbano. Mais que isso: a responsabilidade solidária foi retirada do texto.
- Além disso, os deputados estabeleceram o enquadramento sindical da respectiva categoria prestadora de serviços, não considerando a natureza da atividade exercida, rebaixando os parâmetros da contratação do trabalho no Brasil e a organização sindical.

## O QUE DIZ O PL 1.621/2007, DE VICENTINHO, DEFENDIDO PELA CUT

- Manutenção do critério da atividade-fim para aferição da legalidade da terceirização.
- Convocação de sindicatos para acompanhar as terceirizações e a inclusão objetiva de mecanismos de fiscalização do prestador pelo tomador de serviços.
- Aferição da idoneidade dos prestadores por meio da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

certificar que a sua contratada está assegurando os direitos dos trabalhadores terceirizados, passará a ter responsabilidade solidária. Quando há responsabilidade subsidiária, o terceirizado só pode cobrar direitos trabalhistas da empresa contratante depois que forem esgotadas as possibilidades de cobrá-los da empresa contratada. Já a responsabilidade solidária determina que a tomadora e a prestadora do serviço se responsabilizem pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias.

**Trabalhadores conquistam aliados** – O substitutivo foi apresentado como um “consenso” entre empresários e trabalhadores, mas é duramente criticado pela CUT e outras centrais sindicais como CTB e CGTB, para as quais o projeto não difere do PL 4.330 de Sandro Mabel na promoção da precarização do trabalho. O projeto foi aprovado em novembro pela Comissão Especial sobre Regulamentação do Trabalho Terceirizado, presidida por Mabel.

A Anamatra é uma das instituições parceiras dos sindicatos e da CUT na luta contra o projeto, tendo participado inclusive de visitas à Câmara e atos em Brasília.

Um importante aliado dos trabalhadores é o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro João Oreste Dalazen, que manifesta sua preocupação com o desenvolvimento legislativo do tema. Para o presidente do TST, o conceito de terceirização lícita apresentado no projeto de lei adotado no substitutivo não sinaliza “o esperado avanço legislativo” sobre o tema. “As expressões ‘inerentes’, ‘acessórias’ ou ‘complementares’ revestem-se de caráter polissêmico que causará maiores incertezas do que se tem atualmente”, afirma o ministro. “A partir delas não se torna possível, com grau mínimo de certeza,

estabelecer a licitude ou a ilicitude de determinadas espécies de contratos de terceirização”. Outras preocupações do ministro se referem à fragmentação da categoria profissional decorrente da terceirização irrestrita, que retira dos trabalhadores terceirizados o poder de negociação por melhores condições de trabalho, e a distinção de limites e efeitos da terceirização a partir da qualidade jurídica do tomador de serviços.

Para o presidente do TST, o substitutivo (Projeto de Lei 1.621/2007) apresentado pelo deputado Vicentinho (PT/SP) em voto separado – e defendido pela CUT – “contempla alguns significativos avanços”, como a manutenção do critério da atividade fim para aferição da legalidade da terceirização, a convocação de sindicatos para acompanhar as terceirizações e a inclusão objetiva de mecanismos de fiscalização do prestador pelo tomador de serviços, além da aferição da idoneidade dos prestadores por meio da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

Em novembro de 2011, uma nota técnica da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho também criticou o projeto. Para o secretário de Organização do Ramo Financeiro da Contraf-CUT, Miguel Pereira, “na conjuntura atual esse posicionamento é muito importante, uma vez que os procuradores do trabalho compõem a Comissão de Notáveis criada pelo Ministério da Justiça, em 2009, juntamente com o TST, a Anamatra, a OAB e outras entidades, para discutir a regulamentação da terceirização”. Miguel explica que “a Comissão de Notáveis também apresentou proposta de projeto de lei à Casa Civil da Presidência da República, com premissas similares às defendidas por nós da Contraf-CUT e CUT”.

## VI COPA DOS CAMPEÕES

Pontapé inicial será no sábado, dia 28/1

A VI edição da Copa dos Campeões de Futebol Soçaita dos Bancários terá início no próximo sábado, dia 28/1, no Clube da Apcef (Av. Frei Cirilo, 4700 – Messejana), quando serão realizados os três jogos correspondentes a primeira rodada da competição. Confira:

8h10 – Apcef x Bradesco  
9h10 – Santander x Bradesco Empresas  
10h – AABB x Bradesco Pólo



A VI edição da Copa dos Campeões será disputada por sete equipes: as seis que jogam na 1ª rodada mais a equipe do BNB. O regulamento e a fórmula de disputa da competição foram discutidos e aprovados na reunião do Conselho de Representantes das Equipes, que aconteceu na quarta-feira, 18/1, na sede do Sindicato. Na ocasião, o Conselho deliberou que, na primeira fase, todas as equipes se enfrentarão entre si e as quatro melhores classificadas disputarão as semi-finais.

## LEGISLAÇÃO

### Projeto de lei quer limitar juros do cheque especial em 3% ao mês

Os juros do cheque especial poderão ser limitados a 3% ao mês e, se a instituição financeira descumprir a norma, será obrigada a devolver o valor cobrado a mais em dobro. É o que prevê o Projeto de Lei 2.481/11, do deputado federal Maurício Trindade (PR/BA).

Ainda pela proposta, a instituição infratora estará sujeita ao pagamento de multa no valor de R\$500,00 por ocorrência. Trindade reconhece que o Brasil é um país capitalista, onde os preços não são controlados pelo governo, porém, também entende que há situações em que não é possível

deixar que os bancos operem de forma autônoma.

Trindade acredita que os bancos se aproveitam das pessoas que estão passando por dificuldades. Para ele, quem usa o cheque especial não tem outra opção e os bancos não deveriam cobrar tanto por isso.

Para o parlamentar, cabe ao cliente pagar apenas pelo valor que ele utilizou. A proposta tramita em caráter conclusivo, e será analisada pelas Comissões de Defesa do Consumidor; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

## OIT

### Relatório destaca política brasileira de valorização do mínimo

A experiência do Brasil de valorização do salário mínimo foi destacada no relatório Panorama Laboral, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), divulgado na quinta-feira (12/1). Segundo o relatório, apesar de haver outras referências importantes na América Latina e no Caribe, cabe destacar a experiência brasileira por causa de sua importância no desenvolvimento socioeconômico recente do País.

O Brasil adotou, durante o segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, uma política de valorização do salário mínimo que acabou virando lei, em 2011, durante o governo da presidenta Dilma Rousseff.

A política foi fruto de um acordo entre sindicalistas, empresários e o governo. A base de cálculo para o salário é a inflação do período anterior mais a variação do Produto Interno Bruto (PIB) do penúltimo ano. No Brasil, o salário mínimo tem abrangência nacional e, legalmente, nenhum trabalhador pode receber um subsídio menor.

Entre os critérios adotados pela política de valorização do salário mínimo estão fatores como a preservação do poder aquisitivo, medido pelo índice de Preços ao Consumidor

Amplio (IPCA) – inflação oficial; e um aumento real baseado no PIB.

O relatório afirma que o salário mínimo é um pilar importante do modelo de crescimento com inclusão social, dada a sua referência para a estruturação do mercado de trabalho e para as políticas sociais.

Durante os oito anos de governo do presidente Lula (2003 a 2010), o salário mínimo aumentou, em média, 5,8% ao ano, com um incremento real acumulado de quase 60% de acordo com o documento. No mesmo período, o PIB aumentou, em média, 4% ao ano, sendo que o PIB per capita cresceu em um ritmo de 2,3%. O resultado disso, segundo o relatório, foi um crescimento do salário mínimo acima do PIB o que desencadeou efeitos redistributivos importantes e contribuiu para a redução dos níveis de pobreza.

Esse crescimento, aponta o relatório, é quase o dobro do observado durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002). Nesses anos, o crescimento do salário mínimo foi de 3,3% ao ano e o crescimento do PIB de 2,3%; o PIB per capita cresceu 0,8%.

Considerando os dois períodos (16 anos), o salário mínimo duplicou em termos reais.



## Literatura

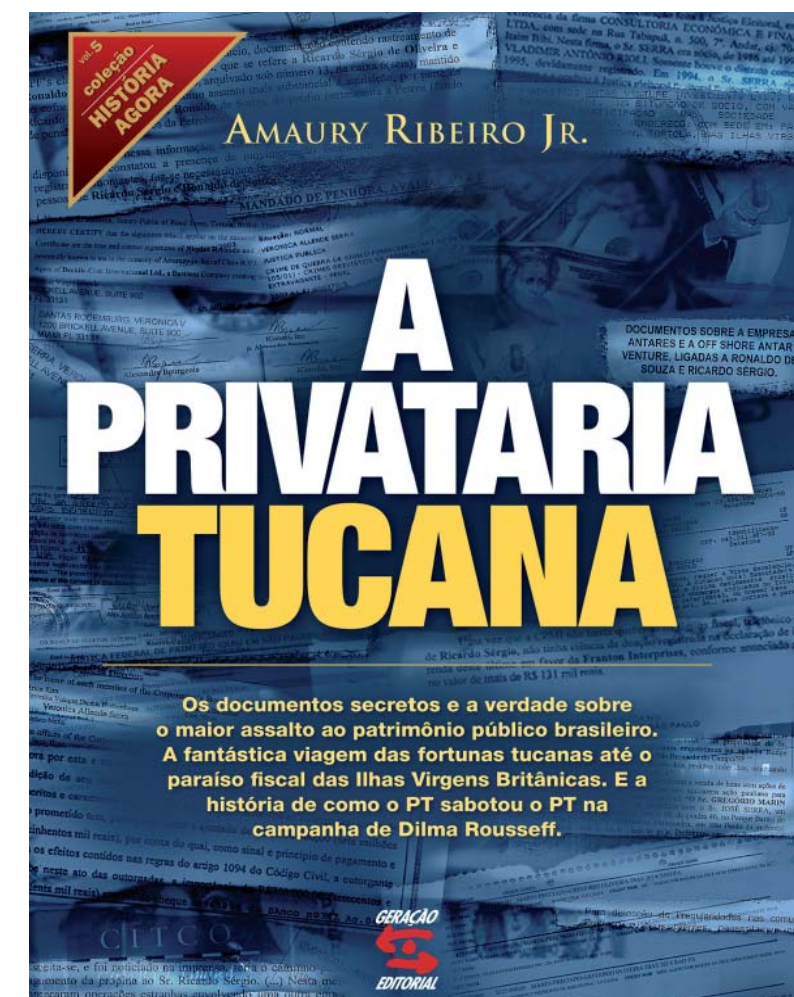
# Sindicato sorteia exemplares do livro “A Privataria Tucana”

O Sindicato dos Bancários do Ceará vai sortear entre os bancários e aposentados associados três exemplares do livro do jornalista Amaury Ribeiro Jr., *A Privataria Tucana*. O livro fala sobre as falcaturas das privatizações do governo Fernando Henrique Cardoso e já chegou às livrarias como campeão de vendas.

Para concorrer ao sorteio, o bancário deve acessar o site [www.bancariosce.org.br](http://www.bancariosce.org.br) e preencher o formulário que está disponível no endereço. Os exemplares serão sorteados no dia 3 de março, às 17h, na sede do Sindicato (Rua 24 de Maio, 1289 – Centro). É importante lembrar que cada bancário associado pode concorrer apenas com um cupom.

E os ouvintes da Rádio Bancários também estão concorrendo a três exemplares do livro. É só ficar atento à programação diária, que vai ao ar de segunda a sexta, de 7h30 às 8h, na Rádio Universitária (107.9 FM). Os livros serão sorteados todas as sextas-feiras e o primeiro sorteio acontece já nesta sexta-feira, dia 27/1. Os telefones da Rádio Bancários são (85) 3366 7474 ou 3366 7472. Ligue e concorra.

**O livro** – A publicação é resultado de 12 anos de trabalho do premiado repórter que durante a campanha eleitoral do ano passado foi acusado de participar de um grupo cujo objetivo era quebrar o sigilo fiscal e bancário de políticos tucanos. Ribeiro Jr. acabou indiciado pela Polícia Federal e tornou-se involunta-



riamente personagem da disputa presidencial.

A publicação apresenta em suas 343 páginas, documentos inéditos de lavagem de dinheiro e pagamento de propina, todos recolhidos em fontes públicas, entre elas os arquivos da CPI do Banestado.

José Serra é o personagem central dessa história. Amigos e parentes do ex-governador paulista operaram um complexo sistema de maracutaias financeiras que prosperou no auge do processo de privatização. Ribeiro Jr. elenca uma série de

personagens envolvidas com a “privataria” dos anos 1990, todos ligados a Serra, aí incluídos a filha, Verônica Serra, o genro, Alexandre Bourgeois, e um sócio e marido de uma prima, Gregório Marín Preciado. Mas quem brilha mesmo é o ex-diretor da área internacional do Banco do Brasil, o economista Ricardo Sérgio de Oliveira. Ex-tesoureiro de Serra e FHC, Oliveira, ou Mister Big, é o cérebro por trás da complexa engenharia de contas, doleiros e offshores criadas em paraísos fiscais para esconder os recursos desviados da privatização.

## INSEGURANÇA

### Novos ataques contra bancos são registrados no Interior

Dois novos ataques a bancos aconteceram na última semana no Interior. Agora são seis ações contra unidades bancárias em menos de um mês.

No dia 15/1, policiais militares prenderam três homens que tentavam arrombar um caixa eletrônico do Banco do Brasil, no município de Senador Sá (297 Km de Fortaleza). Os bandidos já estavam dentro do posto avançado e haviam iniciado o procedimento com maçaricos para abrir o terminal de autoatendimento

quando foram surpreendidos pelos PMs. Os três homens que estavam dentro da agência não resistiram à prisão. Um quarto homem, ainda não identificado, conseguiu fugir em uma motocicleta.

Já na manhã do dia 17/1 um grupo atacou um caixa eletrônico do Bradesco em Mineirolândia, no município de Pedra Branca, no Sertão Central. A ação culminou com uma perseguição e tiroteio em Quixeramobim. Um dos homens foi preso e em seu poder foram

encontrados R\$ 4.650,00 e um revólver de calibre 38.

**Outros casos** – No dia 4 deste mês, o Banco do Brasil de Solonópole foi alvo de assalto. No mesmo dia, em Fortaleza, caixas eletrônicos do Banco Itaú foram furtados. No dia 6/1 houve tiroteio com a PM durante uma tentativa de roubo ao BB de Capistrano. Já no último dia 11, um assalto ao Banco do Brasil de Irauçuba terminou com um vigilante baleado.

## HSBC

### Após pressão da Contraf-CUT, Banco retoma negociações no dia 31/1

A Contraf-CUT, federações e sindicatos retomarão as negociações com o HSBC no próximo dia 31/1, às 10h, em São Paulo. O agendamento ocorre após envio de carta pela Contraf-CUT à diretoria do banco inglês reivindicando a abertura de negociações para discutir quatro temas específicos. São eles: pagamento do PPR/PSV; previdência complementar; emprego, saúde e condições de trabalho. A pauta é resultado da última reunião da Comissão de Or-

ganização dos Empregados (COE) do HSBC, ocorrida em dezembro de 2011, em Curitiba.

“A retomada das negociações é fundamental, particularmente em relação ao tema do PPR/PSV, uma vez que o programa próprio de remuneração variável do banco é muito ruim, está abaixo do que está assegurado na própria convenção coletiva de 2011/2012 e tem provocado muita indignação nos funcionários”, destaca Miguel Pereira, secretário

de Organização da Contraf-CUT. Em relação à previdência complementar, o banco anunciou unilateralmente um novo plano, quando também se trata de uma antiga reivindicação apresentada pelas entidades sindicais.

**Reunão da COE** – Na véspera, a Contraf-CUT promove reunião da COE do HSBC, no dia 30/1, às 10h, na sede da Contraf-CUT, para discutir e preparar os debates da pauta com o banco.

## DIA DO APOSENTADO

### Sindicato promove Café da Manhã para aposentados e pensionistas

O Sindicato dos Bancários do Ceará promove na terça-feira, dia 24 de janeiro, Dia do Aposentado, um café da manhã para os bancários aposentados e pensionistas. Durante o evento vai haver apresentação do Coral do Sindicato e sorteio de brindes.

Atualmente, o Ceará conta com 4.812 bancários aposentados, sendo 3.076 sindicalizados e 1.736 não sindicalizados. Segundo Océlio Silveira, secretário de Aposentados,

o evento é importante por homenagear aqueles que contribuíram a vida inteira em prol de uma sociedade mais justa. “Esperamos a participação dos aposentados, pois eles também ajudaram a construir este Sindicato, que está sempre de braços abertos para recebê-los”.

No Brasil, segundo dados da Previdência Social, a população de aposentados e de pensionistas é de 26.161.917 pessoas. Já no Ceará, são 1.140.155.

## BANCO DO BRASIL

### BB passa a oferecer até crédito a pessoa jurídica no Banco Postal

O Banco do Brasil divulgou que foram abertas 75 mil contas no Banco Postal nos 15 primeiros dias de funcionamento da parceria com os Correios. O número corresponde a 65% do total de contas abertas no período por toda a rede do BB.

Entre as contas abertas, 500 são de pessoa jurídica. A abertura de contas para empresas já era feita pelo Bradesco, mas com a parceria com o BB passou a ser oferecido também crédito a pessoa jurídica por meio do canal. Os números foram divulgados dia 17/1 pelo vice-presidente de varejo, distribuição e operações do BB, Dan Conrado, durante inauguração de uma agência dos Correios no prédio sede do Banco do Brasil, em Brasília.

Para 2012, a meta é receber 2,2 milhões de pedidos de abertura de contas. Segundo o vice-presidente de negócios dos Correios, José Furian Filho, se for cumprida, o Banco do Brasil vai

dobrar o número de contas que eram abertas por ano, em média, pelo Bradesco (1,1 milhão).

Até 13/1 foram realizadas 3,5 milhões de transações, como saques, depósitos e pagamentos de contas. O volume acumulado no período ultrapassou R\$ 600 milhões. Segundo o BB, 42 mil beneficiários do INSS que recebem os benefícios pelo banco utilizaram as instalações dos Correios para receber seus pagamentos. O Banco Postal recebeu mais de 1 milhão de convênios, 260 mil títulos do BB e 680 mil títulos de outros bancos, somando um total de R\$ 271 milhões.

Em maio do ano passado, o BB venceu o leilão, com lance de R\$ 2,3 bilhões, o que garantiu o direito de assumir o lugar que era do Bradesco desde 2002. Com as mais de seis mil agências do Banco Postal, presente em 95% do território nacional, o BB ultrapassa a marca de 16 mil pontos de atendimento no País.



## CAIXA

### Funcef abre prazo de inscrições para processo de seleção de conselheiros

Ficam abertas até o dia 10 de fevereiro as inscrições para o processo de seleção de conselheiros, cujo objetivo é escolher profissionais com perfis adequados para compor um banco de aprovados para futuras indicações em conselhos de administrações e fiscais nas companhias onde a Funcef detém participações societárias relevantes. Serão selecionados participantes da ativa e aposentados da Fundação.

Os candidatos devem cadastrar suas informações pessoais e profissionais no portal do Processo de Seleção de Conselheiros (PSC), hospedado no site da Funcef (link – <https://www.funcef.com.br/Apl/AdmConselho/login.aspx>).

Encerradas as inscrições, a seleção será realizada em três etapas: análise documental, entre-

vista comportamental e entrevista técnica. A Funcef informa que houve o aprimoramento dos critérios de pontuação, tanto na fase inicial quanto na fase classificatória. Nesse particular, por exemplo, haverá o reconhecimento e valorização da trajetória profissional do candidato como importante atributo para o perfil de um conselheiro.

Há a recomendação de que, antes de realizar o cadastro, o candidato deve consultar documentos como o regulamento do processo, os termos de interesse e de ausência de conflitos e o Código de Conduta Corporativa. Essa consulta poderá ser feita na área interna do portal PSC. Dúvidas e sugestões sobre o processo de seleção de conselheiros devem ser remetidas para o e-mail: [selecaoconselheiros@funcef.com.br](mailto:selecaoconselheiros@funcef.com.br).



# Receita de tarifas dos cinco maiores bancos no País cresce mais de 13%

Os cinco maiores bancos em operação no País viram a receita com tarifas e prestação de serviços crescer 13,52% nos nove primeiros meses de 2011, em comparação ao mesmo período do ano anterior. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), autor do levantamento, Itaú Unibanco, Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal e Santander tiveram ganhos de R\$ 53,931 bilhões. O valor será ainda maior quando os balanços do ano forem divulgados, até o final deste mês.

A maior alta proporcional foi da Caixa, com 21,78%. A arrecadação mais elevada ficou para o Itaú Unibanco (R\$ 13,96 bilhões). A principal preocupação do estudo são as tarifas cobradas por transferências, já que, na visão da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), uma eventual isenção desse tipo de operação poderia contribuir para a redução no número de assaltos na modalidade conhecida como "sadinha de banco". Nesse tipo de crime, pessoas que sacaram grandes montantes são abordados nas proximidades de agências.

Durante a campanha salarial de 2011, os sindicalistas do setor cobraram dos bancos a possibilidade de zerar os valores cobrados para DOCs eletrônicos e TEDs como forma de reduzir a circulação de dinheiro vivo em agências. A sugestão não foi aplicada até o momento.

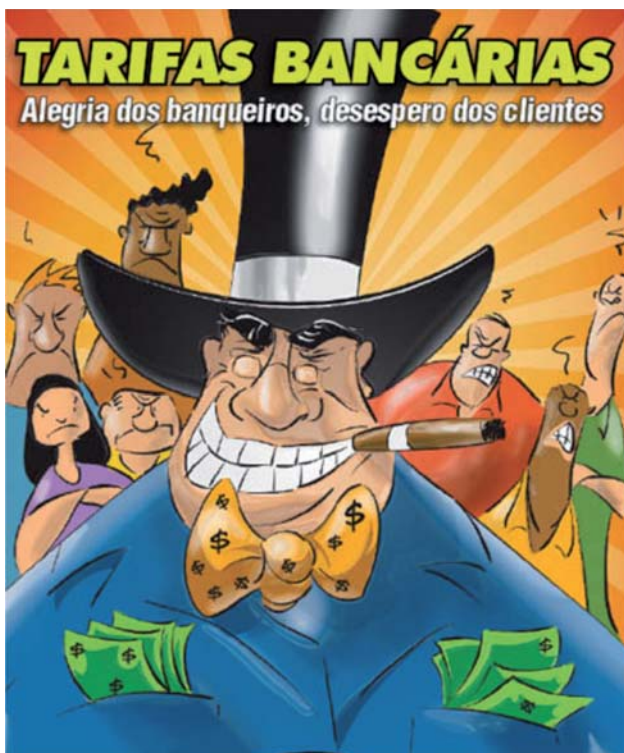
Segundo o sistema de divulgação de tarifas de serviços financeiros da Febraban as tarifas

para transferências presenciais vão de R\$ 8,00 (Banco Alfa) a R\$ 20,00 (Banco do Nordeste), enquanto o DOC é tarifado de R\$ 6,00 (Mercantil do Brasil) a R\$ 11,50 (BRB).

Os dados contrastam com informações divulgadas na primeira semana de janeiro e comemoradas pela Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) de que as tarifas de transferência adotadas no Brasil seria a quarta menor entre dez países pesquisados. O estudo foi realizado pela consultoria internacional Accenture levando em conta que o valor cobrado pelo serviço no Brasil gira em torno de R\$ 7,50 – patamar bem inferior ao verificado na prática.

O efeito da cobrança de taxas, segundo os sindicalistas, é que correntistas optam por sacar valores altos para repassá-los em mãos em vez de fazer transações por meio dos bancos. "Preferem efetuar saques para não pagar essas tarifas e acabam sendo alvos de assaltantes, diante da falta de privacidade na hora dos saques em quase todos os estabelecimentos financeiros", destaca Ademir Wiederkehr, diretor de imprensa da Contraf-CUT.

Em 2011, de acordo com



levantamento da entidade em conjunto com a Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), 49 pessoas foram assassinadas em assaltos envolvendo bancos em 2011 em todo o País. Dessas, 32 morreram em "sadinha de banco". O levantamento havia sido realizado a partir de registros no noticiário publicado no período.

No ano passado, cidades como São Paulo e Fortaleza proibiram, por meio de legislações específicas, o uso de celulares no interior de agências bancárias. A justificativa da iniciativa é que os aparelhos haviam se tornado aliados dos criminosos. Para os sindicalistas, a medida é insuficiente para contornar o problema. A isenção de tarifas, aliada a instalação de biombos para assegurar privacidade à operação, seria mais efetiva nesse sentido.

## TARIFAS SOBEM, MAS SERVIÇOS AOS CLIENTES NÃO MELHORAM

O sistema financeiro brasileiro continua se superando quando o assunto é cobrança ao consumidor. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as tarifas bancárias no País tiveram alta de 12,46% em 2011, ficando 5,96 pontos percentuais acima da inflação, que fechou o ano em 6,5%. Os números fazem parte dos cálculos do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e levam em conta o peso de alguns itens no orçamento familiar do brasileiro. No subitem "serviços bancários", o IBGE considerou as taxas pelo uso de cartões de crédito, pelo fornecimento de talões de cheques, extratos bancários e demais serviços de administração de contas.

E os juros cobrados pelos bancos no Brasil estão entre os maiores do mundo. Pesquisa recente da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor – Proteste – aponta que, só os juros de financiamentos por meio de cartão de crédito no Brasil – o chamado crédito rotativo –, superam em muito os cobrados

por outros seis países da América Latina. A taxa média aqui chega a 237,9% ao ano, quase cinco vezes maior que a da Argentina, que aparece em segundo lugar com média de 50% ao ano.

Com base em dados do Banco Central, a Anefac (Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade) divulgou a média de juros de alguns produtos bancários em 2011. A do cheque especial chegou a 162% a.a. e a de empréstimo pessoal a 64% a.a.

**Contradição** – Os dados do IBGE contradizem os divulgados em janeiro pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban). Segundo os banqueiros, de 29 tarifas mais usadas pelos consumidores, dez aumentaram – e apenas uma acima da inflação –, duas caíram e 17 ficaram inalteradas. Mas tanto os números usados no cálculo quanto a metodologia não foram divulgados pela entidade. Além disso, a Febraban toma como base informações fornecidas pelos próprios bancos. Além disso, segundo os balanços

dos cinco maiores bancos no País – Banco do Brasil, Caixa, Bradesco, Itaú e Santander – o montante arrecadado com as tarifas aumentou em média 13,52% entre janeiro e setembro de 2011, em relação ao mesmo período de 2010.

**Maus serviços** – Os bancos no Brasil não se superam apenas nos preços de tarifas ou nos juros aos clientes, eles também são campeões em queixas nos Procons. Informações do boletim 2011 do Sindec (Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor), que reúne dados de 346 unidades do Procon distribuídas por 212 municípios brasileiros mostram que as reclamações dos consumidores concentraram-se nos setores financeiro e de telecomunicações, e das 20 empresas mais demandadas no Sindec, o Itaú Unibanco ocupa o primeiro lugar, com 81.946 queixas. O Bradesco aparece em quarto lugar, o Santander em sétimo e o BB em nono. A BV Financeira, o Banco BMG, a Caixa, Citibank e HSBC também aparecem no ranking.

## IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

### 1ª Juíza negra é homenageada com medalha do Mérito Judiciário

O Tribunal de Justiça da Bahia concedeu à desembargadora Luislinda Valois, a primeira juíza negra do Brasil, a medalha do Mérito Judiciário e o diploma correspondente. A solenidade ocorreu sexta-feira, 13/1, no auditório do TJ-BA.

Luislinda Dias de Valois Santos, em 1984, tornou-se a primeira juíza negra do Brasil. Em 1993, proferiu a primeira sentença brasileira contra o racismo. Em 2009, lançou seu primeiro livro, "O negro no século XXI". Em 2010, foi nomeada desembargadora substituta no TJ-BA. E em dezembro 2011, desembargadora titular.

Luislinda foi promovida a desembargadora titular do Tribunal de Justiça da Bahia no dia 19 de dezembro de 2011, um mês antes de completar 70 anos. A promoção era aguardada desde 2003, mas o caso nunca foi votado pelo Tribunal. Tanto impasse gerou até mesmo um movimento popular chamado "Desembargadora sim, por que não?". No dia 6 de dezembro passado, o CNJ determinou por unanimidade que o TJ-BA julgasse o caso de Valois.

"Incentivo" do professor – A

vontade de ingressar na magistratura surgiu aos nove anos, a partir de um constrangimento. Luislinda, neta de escravo e filha de um motorista e uma lavadeira, ouviu de um professor que lugar de negro era na cozinha de branco, fazendo feijoada, e não na escola.

Durante a carreira, a juíza organizou projetos como Justiça Bairro a Bairro; Fome Zero de Justiça; Balcão de Justiça e Cidadania na Bahia; Justiça, Escola e Cidadania, com o objetivo de aproximar a justiça das escolas públicas.

Na trajetória da magistrada, há muitas condecorações. Destaca-se o Prêmio Cláudia 2010, maior premiação feminina da América Latina, por sua atuação em nome das políticas públicas; o Prêmio de Acesso à Justiça, em 2006, pelo trabalho desenvolvido na solução de conflitos por meio da mediação em diversos Balcões de Justiça e Cidadania; duas comendas Zumbi dos Palmares; Pinhão de Ouro – a maior honraria do Estado do Paraná; Prêmio Eco-Turismo, em São Paulo, pelos serviços prestados ao Brasil e ao Planeta.

## CAFÉ E ALMOÇO GRÁTIS

### Alimente-se de notícias



7h30 – Programa Rádio Bancários na FM 107,9 (Universitária FM)

12h – Programa Vida e Trabalho na TV Metrópole – canal 26



## RANKING

### Itaú Unibanco lidera lista de reclamações de clientes no Procon em 2011

A maior parte das reclamações dos consumidores aos Procons em 2011 concentrou-se nos segmentos financeiros e de telecomunicações. Dos 1,6 milhão de atendimentos registrados ao longo do ano, 81,9 mil foram relacionadas ao grupo Itaú.

O banco, que demitiu mais de quatro mil funcionários em 2011 e prejudicou o atendimento aos clientes, é seguido pela Oi (80,8 mil), Claro-Embratel (70,1 mil) e Tim-Intelig (27,1 mil).

O boletim do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (Sindec), divulgado na sexta-feira (13/1) pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, mostrou que assuntos financeiros, telecomunicações e alguns produtos como aparelho celular, computadores, dvds, móveis e eletrodomésticos

de linha branca somam 57,75% do total de atendimentos.

Entre os problemas enfrentados pelos consumidores estão as cobranças (35,46%), ofertas (19,99%), contratações (11,62%) e qualidade (11,19%). As mulheres representam 54,69% das pessoas que procuraram os Procons em 2011. A maioria dos consumidores tem entre 31 e 40 anos.

Os jovens até 20 anos somam 2,12%, o menor percentual registrado. Porém, é um número importante, pois representa mais de 22 mil jovens consumidores que, conscientes de seus direitos, procuraram os Procons.

Ao longo do ano, as 346 unidades do Procon no País realizaram 1,6 milhão de atendimentos, segundo o levantamento – uma média mensal de 141.402 consumidores.

#### Empresas com maior número de reclamações

Empresa	Atendimentos
Itaú	81.946
Oi	80.894
Claro Embratel	70.150
Bradesco	45.852
Tim Intelig	27.102

Fonte: DPDC



# Retomada das negociações aborda ponto eletrônico, promoções e revisão do PCR

A Contraf-CUT, federações e sindicatos retomaram na sexta-feira (13/1) o processo de negociação permanente com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), discutindo a pauta específica dos funcionários, em Recife. Tiveram ênfase as questões referentes às cláusulas funcionais constantes da minuta entregue à diretoria do Banco. A negociação deu continuidade aos debates iniciados no dia anterior, quando foram instaladas três mesas temáticas: Saúde, Previdência Complementar e Terceirização.

Na avaliação de Miguel Pereira, secretário de Organização do Ramo Financeiro da Contraf-CUT, e de Tomaz de Aquino, coordenador da Comissão Nacional dos Funcionários do BNB e diretor do SEEB/CE, a retomada das negociações foi positiva. “O Banco vem implementando os compromissos assumidos no fechamento da greve de 2011. Tudo isso é fruto da mobilização empreendida pelos bancários, especialmente a aplicação dos 4%, a aceleração da assinatura do acordo, que em anos anteriores acontecia de forma mais lenta. Além disso, o banco adiantou que já estão em andamento os procedimentos para a revisão do Plano de Cargos e Remuneração (PCR), a grande demanda de todo o quadro funcional”, afirma Miguel.

Dentre as principais demandas, destacam-se: efetivação de função, procedimentos para a concorrência interna e transferências; incorporação de função; comissão paritária – CIN-Pessoal; funções de risco (pagamento de adicional de periculosidade); implantação do ponto eletrônico e, principalmente, um novo plano de funções e a revisão do PCR.

Confira detalhadamente os principais pontos discutidos na reunião:

**Ponto eletrônico** – A implantação dos equipamentos teve início no mês de janeiro e o Banco pretende



Foto: SEEB/PB

concluir a instalação das máquinas em todas as suas dependências até fevereiro. O BNB informou que irá cumprir integralmente os termos da portaria 1510/2009, do Ministério do Trabalho e Emprego, instalando inclusive o REP (Registro Eletrônico de Ponto). O Sindicato fiscalizará os relatórios produzidos pelo Banco de forma a garantir as horas extras trabalhadas.

**Promoções – Analista bancário:** ajustes no PCR – nível 1 para nível 3; nível 2 para nível 4; nível 3 para nível 4: ninguém ficará fora do piso no valor de R\$ 1.760,00, acabando com as chamadas verbas de complementação.

• **Por tempo e merecimento:** o Banco está finalizando a relação dos contemplados e irá disponibilizar a informação sendo que quem se sentir prejudicado poderá recorrer até o dia 6/2. Os valores devidos dos acertos serão creditados na folha de fevereiro, retroativos a janeiro de 2012, com a aplicação do percentual de 4%.

“As conquistas atingirão aproximadamente 60% do quadro funcional”, destaca Tomaz.

**PCR** – O Banco afirmou que já encaminhou ao Dest, no Ministério do

Planejamento, as premissas a serem autorizadas para a revisão do plano. A expectativa é de que já no mês de fevereiro será retomada a negociação do tema para a implantação de um novo PCR. O Sindicato está também contatando o Dest, junto com a Contraf-CUT, para agilizar o desfecho do assunto.

**Concorrência para funções** – O Banco disse que está encaminhando a alteração no regulamento interno para tornar obrigatório o processo de concorrência para todas as funções, o que não ocorre atualmente com a devida publicidade das vagas, requisitos para os concorrentes, dentre outras questões. A PAA (Proposta de Ação Administrativa), que será apreciada ou submetida à diretoria para aprovação na próxima segunda-feira, terá seus cumprimento acompanhada de perto pelo Sindicato.

**Acordo coletivo** – O Banco apresentou a redação final do Acordo Coletivo de Trabalho 2011/2012 às entidades sindicais para verificação do texto. O Sindicato exige do Banco atitudes concretas no sentido de viabilizar a assinatura do acordo coletivo ainda no mês de fevereiro.

## AÇÃO DE EQUIPARAÇÃO BNB/BB

### Sindicato reúne beneficiários para debater andamento do processo

O Sindicato dos Bancários do Ceará promoveu na última quinta-feira, dia 19/1, uma reunião com os beneficiários da ação de equiparação das funções em comissão do BNB ao Banco do Brasil com o objetivo de esclarecer o andamento do processo de execução judicial da ação na 3ª Vara do Trabalho de Fortaleza. O evento foi promovido em parceria com a Associação dos Aposentados (AABNB), representada pelo seu presidente Arcelino Ferreira Lima.

O assistente de perícia técnica contratado pelo Sindicato, Souza Jr., deu informes sobre o andamento do processo e ressaltou que o Sindicato está acompanhando de perto a execução da ação. Ele falou da nomeação do perito pela Justiça e afirmou que a expectativa é de que os cálculos sejam favoráveis aos beneficiários e podendo ensejar o surgimento de uma proposta de acordo satisfatório para todos. “Os cálculos apresentados ao Banco pelo Sindicato sempre foram muito bem embasados, então apostamos que as bases de cálculo da Justiça sejam bem parecidas com aquelas

mostradas pela entidade”, disse.

Já o diretor Tomaz de Aquino enfatizou que a conclusão dessa fase da execução é fundamental para os próximos passos do Sindicato. “Ter uma posição da Justiça é bom para nós porque nos dá um parâmetro para negociarmos um acordo decente. Acreditamos na Justiça, mas é importante também estarmos sempre abertos para negociar um acordo com o Banco”, analisa.

Ao final da reunião, os beneficiários apresentaram algumas sugestões para intensificar a mobilização contra a morosidade desse processo. Uma das opções é denunciar o caso ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), pois a ação já dura mais de 20 anos e sem prazo para que a execução seja concluída. Outro encaminhamento apresentado é criar uma campanha publicitária para dar visibilidade ao caso. “O Sindicato deve analisar essas sugestões e encaminhá-las da melhor forma possível, mas é importante contar com a mobilização de todos os beneficiários para que nosso movimento mostre a sua força”, convoca Tomaz.

Fotos: Drawlio Joca



A direção do Sindicato vem acompanhando de perto o andamento do processo, inclusive com a contratação do assistente de perícia técnica, Souza Jr.

## OUTROS TOQUES

### Sobrenome afrodescendente

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de Deputados vai decidir, no retorno do recesso parlamentar, a aprovação de Projeto de Lei que permite à população negra a inclusão de sobrenome afrodescendente após a maioria civil. Os autores da proposta são o deputado federal Edson Santos (PT/RJ) e o deputado Nelson Pelegrino (PT/BA). A intenção dos parlamentares é que o uso de sobrenome afrodescendente seja uma forma de resgatar a identidade e recuperar o passado dos negros no Brasil.

### Contribuição ao INSS

Mudanças na contribuição ao INSS a partir de fevereiro. A alíquota de 8% passa a ser aplicada a quem ganha até R\$ 1.174,86. Já a de 9% incide sobre salários de R\$ 1.174,87 a R\$ 1.958,10. A taxa de 11% vai incidir sobre salários acima de R\$ 1.958,11. A nova contribuição para os autônomos, que recolhem 20%, varia de R\$ 124,40 (sobre o piso de R\$ 622,00) a R\$ 783,24 (20% do teto, que é de R\$ 3.916,20).

**“A recuperação do salário mínimo é uma das razões para que o Brasil tenha se tornado a 6ª maior economia do planeta por que, ao contrário do que pregam os neoliberais, optou por enfrentar a crise com produção, fortalecimento do Estado na economia, distribuição de renda e justiça social”**

João Felício, secretário de Relações Internacionais da CUT

### Trabalho infantil

Levantamento feito pelo Ministério Público do Trabalho no Ceará revela redução do trabalho infantil. Em 2009, segundo a Pesquisa por Amostra de Domicílio (PNAD), foram contabilizados 112.633 crianças em condições de trabalho entre 10 e 14 anos. Já em 2010, com base no Censo, o número caiu para 38.961, na faixa etária entre 10 e 13 anos. Por outro lado, o Ceará está acima da média brasileira. No Estado, 5,8% das crianças de 10 a 13 anos trabalham. Já a taxa brasileira é de 5,2%, com base uma população infantil de 13.661.901, segundo dados do Censo 2010.

### Protesto na Internet

A versão em inglês da Wikipédia, enciclopédia colaborativa on-line, voltou ao ar às 3h (horário de Brasília, meia-noite no horário de Washington, nos Estados Unidos) da quinta-feira (19/1), após interromper o serviço por 24 horas em protesto contra projetos de lei antipirataria que estão em discussão no Congresso norte-americano. O protesto reuniu no mesmo dia centenas de sites no mundo todo contra os projetos. Alguns parlamentares decidiram retirar o apoio a essas propostas. Logo após voltar ao ar, a Wikipédia exibiu um comunicado na página inicial agradecendo aos internautas: “Obrigado por proteger Wikipedia. (Nós não terminamos ainda.)”. Para os que protestaram, há risco de censura na rede.



DATA:	RUBRICA:
<input type="checkbox"/> REINTEGRAÇÃO AO SERVIÇO	<input type="checkbox"/> PORTAL OU SÍMBOLO
<input type="checkbox"/> INFORMAÇÃO PRESTADA PELO	<input type="checkbox"/> OUTROS:
<input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO	<input type="checkbox"/> AUSENTE
<input type="checkbox"/> RESCADO	<input type="checkbox"/> DESCONHECIDO
<input type="checkbox"/> FALCIDO	<input type="checkbox"/> NÃO EXISTE O Nº INDICADO
<input type="checkbox"/> ENDEREÇO INSUFICIENTE	<input type="checkbox"/> MUDOU-SE